

A propaganda republicana e a apropriação de Tiradentes nas ‘Últimas décadas do Império (1860-1890)

Ivan Lima dos Santos¹

A mudança pelo qual passa a imagem de Tiradentes em um período menor que cem anos é sintomática. Da Independência à Proclamação da República, Joaquim José da Silva Xavier, o Infame, menosprezado e culpado por crime de lesa-majestade, décadas depois, vira símbolo de contestação ao regime monárquico, deixa o anonimato para virar herói nacional.

Tiradentes atravessa o século num quase anonimato. Não fossem os partidários da República, e nunca teria deixado de ser o bode expiatório da Conspiração de 1789. Sua reabilitação começa na contramão da história oficial, como símbolo de contestação da Republicana a Monarquia. Desponta quando recomeça a encher a maré democrática que desde de a reação monárquica de 1837 se tinha visto continuamente a baixar. "(MILLIET, 2001, p. 77)

Como menciona a autora, a memória de Tiradentes passa boa parte do Século XIX no esquecimento, junto com os demais participantes do Movimento de Contestação de 1789. Os historiadores que primeiro escreveram sobre o Brasil, depois de sua independência, como Robert Southey, autor da primeira História Moderna no Brasil e Francisco Adolfo Vahagem que escreve a História Geral do Brasil, desde o exterior, dão pouca importância ao movimento e a Tiradentes. A pouca relevância que esses autores dão à Inconfidência e a seus personagens, nos ajuda a entender o porquê do movimento mineiro ter sido pouco lembrado durante o Império.

A primeira historiografia da Inconfidência Mineira desponta na década de 80 do Século XIX, porém, diferente do que havia sido escrito antes sobre o movimento, utiliza não somente o documento

1. Graduando do curso de Licenciatura em História da Unidade Santana. Orientando de Iniciação Científica sob a orientação da Professora Doutora Silene Ferreira Claro desde 01/2015.

que narra a sentença dos conjurados, mas acrescenta aos autos da devassa, a memória de um autor anônimo e o depoimento de Penaforte. Escrita por Joaquin Norberto de Souza, ela emerge como resposta para a criação do Partido Republicano, em 1870 e, tem sua conclusão apressada, na tentativa de descaracterizar a imagem de Tiradentes como um herói republicano, principalmente quando alguns jovens, em 1872, tentam construir um monumento a Tiradentes no Rio de Janeiro:

Joaquin Norberto de Souza e Silva, que trabalhava a mais de dez anos na monografia sobre a inconfidência, manifesta-se contrário a iniciativa, sendo da opinião de, “que o seu vulto era bastante secundário para ornar uma praça da capital do império”.(...)

Instaurada a polêmica, três meses depois vem a público a História da Conjuração Mineira com a qual pensa o autor calar os interpeladores, porém “os promotores do monumento não se deram por satisfeito; buscavam amenizar a obra. (MILLIET, 2001, p. 41)

É importante destacar, ainda como caminho que nos ajuda a compreender a variação pela qual passa a memória de Tiradentes, que o autor acima, era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituto esse ligado à Monarquia, desde sua fundação em 1838. Isso revela, o quanto ele poderia ser bem tendencioso em sua escrita. Essa ligação também poderia ser vista em Francisco Adolfo de Varnhagem, que galgava uma posição de grande Historiador do recém-fundado Império. E isso é algo significativo, uma vez que, aqueles que estavam escrevendo a História no Século XIX, em sua maioria, tinham fortes ligações com a Monarquia, e a Inconfidência um movimento que idealizava uma “República”, não poderia ser bem lembrado.

Neste processo, a história do inconfidente começa a ser recontada em meados do Século XIX. Ela ressurgiu nos lábios e tintas daqueles que já não veem com bons olhos o atual regime, seja pela falta de representação significativa no governo, como o caso dos republicanos paulistas e sua demanda federativa, ou a busca por melhores condições de vida, como as reivindicações do movimento

abolicionista e a insatisfação dos militares. Há, também, o sonho de um governo moderno e pautado no Cientificismo, como queriam os Positivistas.

Desses, dentre outros, descontentamentos com a Monarquia, emergiu a necessidade de um herói, um símbolo nacional que encarne as ideias defendidas por tais grupos e, que ao mesmo tempo, possa rivalizar com a pessoa mitificada de D. Pedro I. Dessa busca, desabrocha a figura de Tiradentes, como um símbolo de contestação à Monarquia, por querer uma “República”, não uma Monarquia e, isso antes da Independência. Nesse arranjo, Paulo Miceli, falando sobre o papel dos heróis nacionais, nos ajuda a entender a maneira como Tiradentes foi utilizado por tais grupos. Ele destaca uma das funções que os chamados “Heróis Nacionais” acabam exercendo depois da morte:

Ao saltar de seu tempo, além da consagração póstuma, os heróis são condenados a trabalhar sempre e a dedicar sua vida (ou sua morte) para que “os homens” sejam salvos de alguma coisa. (...) Tiradentes é condenado a escalar o patíbulo, ser enforcado e esquartejado para ressuscitar a cada comemoração e, infinitamente (...). Transformando-se numa espécie de morto vivo, empregado para manter a força simbólica da nação. (MICELI, 1994, p. 12)

Essa função exercida pelos heróis após a morte elucidada muito bem o papel de símbolo dado a certos heróis nacionais, como Tiradentes, neste caso, com um objetivo muito específico: a identificação das massas com o símbolo para um fim desejado: o fim da Monarquia. Esse mecanismo é explicado por Joseph Jurt:

Aos símbolos nacionais cabe uma função central, uma vez que visualizam de modo marcante os valores e os conteúdos da autodefinição política de uma comunidade, através dos quais os cidadãos conhecem e reconhecem sua identidade política. Por intermédio destes símbolos onipresentes e facilmente identificáveis, “formam-se as almas”, para retomar uma expressão do historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (1990). (JURT, 2012, p. 1)

Ainda pensando essa função exercida pelos heróis-símbolos, como elementos que nos ajudam a entender a maneira como foi trabalhada a memória de Tiradentes no final do Século XIX, cabe destacar o lugar da memória, que nesse arranjo, pode ser empregada para um fim estritamente ideológico, em que ela é usada com a finalidade de atender aos anseios daqueles que dela se apropriam, seja para alterá-la, apagá-la ou mantê-la.

Á memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. (LE GOFF, 1984, p. 103).

Ao pensar a utilização da memória como objeto de análise para entender a mudança pela qual passa a imagem de Tiradentes, vimos que, segundo Le Goff (1984), a memória coletiva é uma das grandes preocupações dos indivíduos que estão no poder de suas sociedades e isso é significativo para pensar o anonimato de Tiradentes durante os anos que se sucedem à Independência, visto que o governo vigente estava nas mãos do neto daquela que proferiu a sentença do Inconfidente e, como já foi dito antes, quem estava escrevendo a História nesse período estava, invariavelmente, relacionado à Monarquia.

No Primeiro e Segundo Reinados governam sucessivamente o neto e o bisneto de D. Maria I de Portugal, rainha que assinara a sentença de 1792. Nesse cenário, o enaltecimento de uma conspiração de fundo liberal e republicano como a mineira e a glorificação de seu mártir punido pela coroa por crime de lesa-majestade eram tema, no mínimo, delicado. O elogio a rebeldia poderia soar como crítica à dinastia reinante e estímulo à contestação do sistema político vigente. (MILLIET, 2001, p. 24)

Nessa conjuntura, a memória de Tiradentes e sua suposta “importância” são esquecidas e, isso não é feito de maneira arbitrária, pois como afirmou Le Goff: “os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores desses mecanismos de manipulação da

memória coletiva (LE GOFF, 1984, p. 103)”.

Do mesmo modo, também não é arbitrária a maneira como a História do Inconfidente começa a ser recontada por aqueles que almejam a República: “Os clubes Republicanos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, em menor escala, de outras províncias vinham tentando, desde a década de 1870, resgatar sua memória. (CARVALHO, 1990, p. 57)”

A disputa entre monarquistas e republicanos fica evidente nesse processo, por isso, fica notório que o que está em jogo é o regime que melhor represente tais grupos. De um lado, a figura do Imperador como símbolo máximo de liberdade, chamado de “Defensor Perpétuo do Brasil”. Do outro, Tiradentes o “Protomártir da Liberdade”.

Para os monarquistas, Tiradentes foi um conspirador, bode expiatório de um movimento que não foi bem sucedido em sua tentativa de emancipar-se de Portugal. Por outro lado, para os republicanos, D. Pedro I era visto como um símbolo de um modelo de governo retrógrado, devido à utilização do poder moderador, que, segundo os republicanos, era algo incompatível com os ideais de liberdade e democracia que haviam absorvido da Europa. Também comparavam a monarquia ao Antigo Regime, mesmo sendo parlamentar e viam o Império como uma anomalia entre as Republicas na América do Sul.

Antes e depois de 1889, em muitas ocasiões, o embate político se apresenta como batalha simbólica protagonizada por dois vultos da nossa história: Pedro I e Tiradentes. (MILLIET, 2001, p. 79)

E esse embate não termina com a proclamação e, como menciona Emilia Viotti da Costa (1999), ganha novos contornos após a mudança para República, em especial por parte da historiografia, que de um lado é descrita pelos derrotados em 1889 e, do outro, por aqueles que durante o império fizeram amplo esforço para a mudança de regime.

Logo nos primeiros dias após a proclamação da República

surgiram duas versões contraditórias a propósito do movimento: a dos monarquistas e a dos Republicanos. (COSTA, 1999: 451)

Essa luta entre monarquistas e republicanos (liberais radicais), que começara décadas antes da proclamação da República, ganha força em 1870 com o surgimento do Partido Republicano. Nessa disputa, a busca por símbolos nacionais, acaba ganhando novos horizontes e, a apropriação da imagem Tiradentes como um exemplo de impugnação à monarquia, fica notória.

Na década de 60, antes mesmo do Manifesto Republicano em 1870, que funda o partido, Saldanha Marinho, sendo ele o futuro líder do Partido Republicano, na posição de presidente da província de Minas Gerais, emite uma ordem em 1861 para que seja levantada uma coluna em Ouro Preto, para guardar a memória do inconfidente. Um ano depois, quando alguns liberais radicais descobrem que seria erguido no Rio de Janeiro, uma estátua para o primeiro Imperador, a indignação toma conta, como menciona Maria Alice Milliet:

Em 1862, quando se sabe que uma estátua equestre do primeiro imperador seria erguida no Rio de Janeiro, a indignação toma conta dos liberais. Teófilo Ottoni tacha o monumento de “mentira de bronze”. Seu correligionário Pedro Luiz Pereira de Souza escreve um poema de protesto para ser distribuído durante a inauguração do movimento. (MILLIET, 2001, p. 80)

Abaixo segue o poema na íntegra:

Curvae-vos, raça de ingratos!
Nos dias de cobardia
Festeja-se a tirania
Fazem-se estátuas aos reis
Não molda ninguém no bronze
O valente dos Valentes
A sombra do Tiradentes
Esse braço redentor!
Não precisa de uma estátua!

*Nos o vemos radiante
N'uma auréola brilhante
De liberdade e de fé.*

Os versos são apreendidos pela polícia local, portanto, não chegam ao povo e ficam limitados ao meio liberal. Porém, o largo utilizado para a construção da Estátua de D. Pedro I, com o advento de 1889, tem o seu nome mudado, passando a ser chamado de Praça Tiradentes. Assim, passados dez anos desse conflito, o médico Pedro de Gouveia, um dos signatários do manifesto Republicano de 1870, redigiu um folheto com o intuito de construir um monumento a Tiradentes. A resposta, por parte dos monarquistas é imediata, principalmente na figura de Joaquin Norberto, que sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico, portanto vinculado à monarquia, escreve a primeira 'História da Conjuração Mineira, como uma resposta para aqueles que queriam fazer de Tiradentes um herói nacional. A essa obra vem a resposta:

A imprensa republicana reage com artigo em A Republica, órgão do clube Republicano Acadêmico de São Paulo e em A Reforma. Souza Silva responde com o artigo "O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo", publicado na revista do Instituto Histórico, juntamente com a transcrição dos manuscritos de Penaforte e da memória do exílio que teve a Conjuração de Minas. (MILLIET, 2001, p. 80)

Como foi visto o debate em torno da memória de Tiradentes nesse período que antecede a proclamação da República é vasto, e foi muito bem elucidado por Maria Alice Milliet. Tencionamos agora, de maneira resumida, pela limitação que um artigo estabelece, destacar pelo menos três grupos Republicanos que procuraram usar a imagem de Tiradentes como símbolo de contestação monárquico: o Clube Tiradentes, os Positivistas e o Partido Republicano, em especial o de São Cristovão.

Os primeiros grupos destacados são o Clube Tiradentes e o Partido Republicano de São Cristovão. O Clube Tiradentes nasceu

com a finalidade de festejar anualmente a morte do inconfidente, sendo uma espécie de culto cívico, estabelecendo uma tradição em torno da memória do mártir.

Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. (HOBSBAWN, RANGER, 1984, p. 10)

Essa tradição estabelecida pelo Clube Tiradentes, seguindo as palavras do historiador Eric Hobsbawm , seria uma reação à Monarquia, apesar dela não ser tão nova, tentando manter a ideia de um passado Republicano na imagem de Tiradentes. Nesse processo, existe uma relação muito próxima com o Partido Republicano de São Cristovão, também com o Apostolado Positivista, que antes da Proclamação adotava o culto em sua sede, além de participar das celebrações com bustos do mártir e, depois da mudança de regime, passou a fazer isso de maneira pública. Essa proximidade entre o Partido Republicano de São Cristovão e o Clube Tiradentes e a maneira como se apropriavam da memória de Tiradentes, é mencionada por Felix Bocaiuva em artigo de 1902:

O clube Tiradentes foi fundado no período dos corações que se inflamavam pela Republica, fazendo da memória do mártir uma religião, um culto cívico, o santo e a senha para penetrar-se na cidadela da democracia. No princípio as comemorações eram feitas no seio da genuína família republicana, nos salões da sede, perante convidados de escolha.

A bem da propaganda, era preciso, porém, sair da meia-luz de um prédio particular para a grande luz dos teatros e das praças. Por fim quebrou-se o primitivo caráter de intimidade das celebrações a Tiradentes... e, por iniciativa do Clube Republicano de São Cristovão que era a vanguarda da agitação, em 21 de abril de 1881, fez-se a primeira celebração pública da execução do Proto-Martir. (BOCAIUVA, 1902,)

O culto público que ocorre em 21 de abril de 1881, nos anos

seguintes, gradativamente, vai se propagando para outras províncias, como uma festa comemorativa anual, que será um caminho, nos anos que seguem, para a criação do feriado em 1890.

Gradualmente a comemoração de 21 de abril foi-se generalizando, tornando-se um ato obrigatório para todos os núcleos da propaganda republicana, e, entre outras, salientando-se as que se realizaram em Curitiba no ano de 1885, Pará no ano de 1886 e Ouro Preto no ano de 1888. (MILLIET, 2001, p. 84)

Outro grupo que se apodera da memória do mártir é o positivista e, essa apropriação se dá de várias maneiras, como na criação de um busto a Tiradentes na primeira celebração ao mártir em 1881:

[..] quando o “povo” dessa capital viu transitar pelas ruas, em cívica procissão, o busto do Santo, sobre um andor carregado pelos membros da nova Igreja. (LEITÃO, 1895, p. 3)

Esse grupo, que via o regime monárquico como algo obscurantista e ligado a um modelo medieval, intrinsecamente religioso, algo que era característico de um estágio, segundo Auguste Comte, teológico, sendo este estágio o primeiro das três etapas em que a humanidade deveria passar para chegar o chamado estágio positivo. A autora Mileni Ribas da Costa, ao analisar a influência do pensamento positivista no movimento republicano paulista, disserta:

Além disso, conforme indicava Comte, na evolução dos Três Estados, a monarquia representava um estágio ultrapassado da humanidade, pois estaria embasada num plano metafísico, ou seja, os mecanismos racionais, “científicos”, capazes de explicar a sua legitimidade não existiam em outras palavras, Comte não encontrava na Ciência explicações capazes de justificar a validade da hereditariedade e do direito divino. (COSTA, 2006, p. 75)

Essa rejeição ao regime monárquico fica evidente logo após a Proclamação da República e, nesse período a imagem do Mártir é ainda mais utilizada, como na passeata de 1890:

Durante o desfile de 1890, Decio Vilares, pintor positivista, distribuiu uma litogravura em que aparecia o busto de Tiradentes, corda ao pescoço, ornado com a palma do martírio e os louros da vitória. Barba e cabelos longos, ar sereno, olhar no infinito, era a própria imagem do Cristo. (CARVALHO, 1990, p. 65)

No início do novo regime as ideias positivistas foram muito propagadas, isso se comprova, pela frase "Ordem e Progresso" na bandeira nacional e, também, a separação entre Igreja e Estado. Contudo, em 1890 com a proposta de um calendário nacional, redigido por Teixeira Mendes, um positivista convicto, a memória de Tiradentes, dentre outros que também estavam no projeto, novamente é usada para atender aos anseios daqueles que desejavam consolidar o novo governo.

Segundo Teixeira Mendes, o texto original do decreto do calendário era seu, redigido a pedido de Demétrio Ribeiro, que suprimiu algumas datas e ampliou a comemoração do 14 de julho, que no texto original era exclusiva à Revolução Francesa. 7 Dos membros do Governo Provisório que assinaram o decreto, Demétrio Ribeiro, que o propôs, e Benjamin Constant eram os que tinham maior compreensão do positivismo. (LEAL, 2006, p. 68)

Outra tentativa de trazer ao presente a memória de Tiradentes no início da República é mencionado pela historiadora Elisabete da Costa Leal:

Uma obra poderia ter a função de corrigir fatos históricos ou a imagem física do representado, como, por exemplo, a proposta da IPB de um monumento a Tiradentes ou do busto a Danton, feito por Almeida Reis. No monumento a Tiradentes, o reconhecimento social, a dívida histórica, o pedido de perdão pelo suplício, são argumentos para erguê-lo, mas o mais importante é que os positivistas visavam com o projeto determinar o local do suplício, corrigindo, segundo eles, um erro e consolidando a verdade e a justiça histórica. Além da correção histórica do lugar do suplício, os positivistas da IPB entendiam que somente neste local, "regado pelo sangue generoso do Patriarca", é que de fato a obra poderia adquirir força emocional. (LEAL, 2006, p. 168)

A mudança pela qual passa a memória de Joaquim José da Silva Xavier e a busca por um símbolo nacional por parte desses Republicanos escolhendo Tiradentes, não é sem motivo, pelo contrário, ela é intencional e tem objetivos bem específicos, como menciona José Murilo de Carvalho:

A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideais e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. (CARVALHO, 1990, p. 55)

Nesse sentido, a escolha de Tiradentes é significativa, principalmente com relação ao poder que sua imagem teria em associação com a população. Como por exemplo, sendo ele um Alferes e, assim como os militares no final do Império, estava reivindicando maior reconhecimento, também, era alguém que não pertencia a elite, e isso, associado a maneira dramática que ocorreu a sua morte, tendo muita semelhança com o martírio de Cristo e, por fim, o mais importante, a “cereja do bolo”, ele era alguém que almejava uma “República”. Esses elementos, somados a outros não mencionados, fizeram de Tiradentes o candidato perfeito a símbolo de contestação da monarquia.

Referências

- MICELI, Paulo. O mito do herói nacional. São Paulo: Editora Contexto, 1994.
- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MILLIET, Maria Alice. Tiradentes: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JURT, Joseph, O Brasil: Um Estado - Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República, 2012.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos, São Paulo, editora Unesp, 1999.
- BOCAIUVA, Felix. “Os olvidados”, em O Paiz, Rio de Janeiro, 21 de abr.1902.
- LEITÃO, Luís, anuário Tiradentes, Rio de Janeiro, 21 abr.1895.
- COSTA, Milene Ribas da Costa, A implosão da ordem e o movimento Republicano paulista, São Paulo, 2006.
- LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista, São Paulo, 2006.
- LEAL, Elisabete da Costa. Os filósofos em tintas e bronze arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá, Rio de Janeiro, 2006.